



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

TERMO DE REFERÊNCIA - SETOR DE LOGÍSTICA

(Processo Administrativo nº 1.36.000.000164/2026-76)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente termo de referência tem por objetivo definir os elementos que nortearão a aquisição de tapetes personalizados, com logomarca, do tipo capacho em vinil, na cor grafite, formado por filamentos em vinil, para tráfego alto, com espessura mínima de 10mm, costado em borracha anti-derrapante; antichamas; antimofos, lavável, personalizado pelo sistema de vulcanização com logomarca, borda de 5 cm na cor azul, rebaixada, em tamanhos diversos, com entrega de forma única e imediata, a fim de atender demanda do **Ministério Público Federal no Estado do Tocantins – MPF/PR/TO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos estabelecidos no Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria PGR/MPU nº 85, de 27 de maio de 2022, e Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Ramo de Atividade predominante da contratação: **CNAE 4759-8/01**, conforme extrato anexo a este termo de referência, de acordo com a estrutura aprovada e divulgada pelo IBGE, órgão gestor da CNAE, nos termos da RESOLUÇÃO CONCLA Nº 1, DE 04/09/2006. O código do **CatMat: 329019** - Tapete de borracha do tipo capacho.

1.4. Abaixo, as características, especificações do material, objeto de aquisição/contratação:

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES
<p>1) Tapetes tipo capacho, personalizados, com logomarca fiel a fonte e cores;</p> <p>2) Tapetes tipo capacho, em tamanho e dimensões diversas;</p> <p>3) Tapetes tipo capacho, para alto tráfego;</p> <p>4) Tapetes tipo capacho, formado por filamentos em vinil entrelaçados, fundidos sobre um costado sólido (não-espumado), em vinil flexível, manta de TNT 0,20), formada por tela de poliéster (PES) 0,15 e resina de polivinila (PVC) 0,05 de alta resistência à tração e base secundária em vinil de 2mm aplicadas ao costado por fusão térmica, dando ao tapete grande capacidade de resistência a rasgamentos.</p> <p>5) A espessura do produto final deverá estar entre 10 e 13mm e gramatura de 6,4kg/ por metro quadrado.</p> <p>6) Garantia de 1 (um) ano para defeito de fabricação.</p> <p>7) Tapetes tipo capacho, com base emborrachada;</p> <p>8) Tapetes tipo capacho, com base antiderrapante;</p> <p>9) Tapetes tipo capacho, em material antichama;</p> <p>10) Tapetes tipo capacho, em material antimoho;</p> <p>11) Tapetes tipo capacho, em material que iniba o surgimento de fungos;</p> <p>12) Tapetes tipo capacho, em material lavável;</p> <p>13) Tapetes tipo capacho, em material resistente a até 150°C</p> <p>14) Tapetes tipo capacho, em material sintético;</p> <p>15) Tapetes tipo capacho, em fibra de vinil com tramas fundidas na base sólida;</p> <p>16) Tapetes tipo capacho, na cor grafite e/ou cor cinza;</p> <p>17) Tapetes tipo capacho, com borda azul-marinho de 5 (cinco) centímetros, rebaixada;</p> <p>18) Tapetes tipo capacho, com borda rampa que não exceda 5mm</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

1.5. Referência visual para o modelo a ser adotado no ANEXO A.

1.6. Discriminação de quantidades e medidas no ANEXO B.

1.7. Prazo do contrato: O prazo de vigência da contratação, bem como da entrega do objeto contratado, será de até 30 (trinta) dias da comunicação via e-mail da emissão da nota de empenho, nos termos previsto no inciso X, Art. 6º, da LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, por tratar-se de compra mediante contratação direta, cuja aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente é considerada imediata.

1.8. Para fins da formalização da aquisição/contratação dos bens supracitado, fica desde já consignado que o instrumento de contrato será substituído por nota de empenho de despesa por tratar-se de dispensa de licitação, compra direta com entrega em parcela única, integral e imediata dos bens a serem adquiridos e, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive, quanto a assistência técnica, conforme hipóteses previstas nos inciso I e II, do Art. 95 da LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1.9. A arte do objeto contratado deverá ser aprovada pela contratante antes de sua fabricação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **26989715000102-0-000126/2026**;
- II) Data de publicação no PNCP: **03/10/2025**;
- III) Id do item no PCA: 105532;
- IV) Classe/Grupo: 09472;
- V) Identificador da Futura Contratação: 42671.

2.3 Enquadramento da contratação:

2.3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns de que trata a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Artigo 6º, inciso XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de dispensa eletrônica nos termos da hipótese prevista no inciso II, Art. 3º, da PORTARIA PGR/MPU Nº 148, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

2.4 As referências legais para a presente aquisição são, pelo menos, as referidas abaixo, ficando também condicionada a aquisição à legislação correlata relacionada ao objeto:

- a) LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, atualizada;
- b) LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- c) LEI Nº 4.150, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962;
- d) LEI Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

- e) LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011;
- f) LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013;
- g) LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018;
- h) INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2010;
- i) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021;
- j) INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 08 DE JULHO DE 2021;
- k) PORTARIA PGR/MPU Nº 85, DE 27 DE MAIO DE 2022;
- l) PORTARIA PGR/MPU Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2023;
- m) PORTARIA PGR/MPU Nº 148, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2022;
- n) PORTARIA PGR/JMPU Nº 178, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023;
- o) DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021;
- p) DECRETO Nº 8538, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015;
- q) DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto desta contratação compreende itens de consumo de qualidade comum, cuja aquisição contribui para fins da manutenção da estrutura e atividade administrativa ordinária do MPF/PR/TO, cujas características e especificações são as constantes do **tópico 1.4**, deste termo de referência, considerando-se cada respectivo lote dos itens.

3.2. Forma de execução da contratação: A presente contratação trata-se de dispensa de licitação que envolve estimativa de valores inferiores a **R\$ 65.492,11**, conforme atualização estabelecida nos termos do [Decreto nº 12.807/2025](#), compra direta com entrega em parcela única, integral e imediata dos bens a serem adquiridos e, dos quais não resultam obrigações futuras, inclusive, quanto a assistência técnica, conforme hipóteses previstas nos inciso I e II, do Art. 95 da LEI 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

3.3. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada conforme características e especificações constantes do **tópico 1.4**, deste termo de referência, considerando-se cada item.

3.4. Os preços ofertados deverão ser totais, ou seja, os preços deverão incluir impostos, taxas, fretes e transporte a todos os custos para entrega dos itens na Sede da PR/TO - Quadra 104 Norte, Rua NE 03, Conjunto 02, Lote 43, Palmas - TO, 77006-018, e duas unidades na PRM de Araguaína, Av. José de Brito, 632 - St. Anhanguera, Araguaína - TO, 77818-530.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no “Guia de Contratações Sustentáveis do MPF”, disponível endereço: http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/109657/9_Guia_de_contratacoes_sustentaveis.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

4.1.2. Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos quatro pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da busca pelo preço justo, que afaste sobre preços e preços inexequíveis (artigo 11 da Lei nº 14.133/2021), a Contratada deverá:

a) Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, em especial o artigo 5º;

b) É de responsabilidade da **CONTRATADA** a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta na LEI Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010, art. 33, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na NBR 10004:2004 ABNT NORMA BRASILEIRA e, em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso;

c) A **CONTRATANTE** reserva-se ao direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração;

d) Os materiais utilizados na embalagem do produto ofertado deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.

4.2. Em relação à descrição do item/bem, objeto da aquisição/contratação, caso seja indicada a marca, servirá apenas como referência para cotação de preços e como sugestão de marca anteriormente utilizada no órgão que, em sendo cotadas pelas licitantes, poderão dispensar a apresentação das amostras.

4.3. Independente de marca, o produto apresentado na proposta da licitante deverá atender às especificações mínimas requeridas e ter qualidade igual ou superior.

4.4. Em relação à descrição do item/bem, objeto da aquisição/contratação, em caso de divergência cadastral indicada no SIASG/COMPRASNET, prevalecerá a descrição constante deste Termo de Referência;

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. O objeto da presente contratação terá a garantia pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a **CONTRATADA** substituirá todo o material que venha a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

4.7. Fica dispensada a exigência de carta de solidariedade para fins da contratação dos bens a serem adquiridos e entregues em parcela única, integral e imediata não implicando obrigações futuras, inclusive, quanto a assistência técnica, conforme hipóteses previstas nos inciso I e II, do Art. 95 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O bem objeto da contratação será entregue pela **CONTRATANTE** em remessa única, integral e imediata, no prazo de até 30 (trinta) dias, prazo contado a partir do ato de comunicação de emissão da nota de empenho, via **e-mail**

5.2. O local de entrega do bem objeto da contratação, está indicado abaixo, devendo sua entrega ser agendada, previamente, com o Setor de Logística da Procuradoria da República no Estado do Tocantins - SELOG/PRTO, de segunda a sexta-feira, das 09:30h às 16:30h, horário de Brasília/DF, pelo telefone (63) 3219-7285 ou (63) 3219-7307 ou ainda pelo e-mail <prto-selog@mpf.mp.br>.

5.3. ENDEREÇO DO LOCAL PARA A ENTREGA E RECEBIMENTO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, EM PALMAS – PR/TO: Acne 01, 104 Norte, Rua NE 03, Lote 43, Conjunto 02, Edifício Transamérica, Palmas/TO, CEP: 77006-018.

Responsável: Rejane Lopes da Silva. Fone: (63) 3219-7200 e-mail: <rejanelopes@mpf.mp.br>

Responsável: Wilton Rodrigues Tavares: (61) 99259-9063 e-mail: <wiltonrodrigues@mpf.mp.br>

5.4. ENDEREÇO DO LOCAL PARA A ENTREGA E RECEBIMENTO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA: Av. José de Brito, 632 - St. Anhanguera, Araguaína – TO, CEP: 77818-53.

Responsável: Eduardo Ferreira Rezende. Fone: (63) 3416-0900 e-mail: <eduardorezende@mpf.mp.br>

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (07) dias de antecedência, por e-mail, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas decorrentes de frete, seguro e/ou deslocamento de pessoal incumbido na entrega dos objetos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia contratual será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter o objeto fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.10. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do objeto das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial que conterá informações acerca das obrigações contratuais, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Em conformidade com o inciso II, do art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

7.1.1. Provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após efetuada a entrega dos materiais, será realizada a verificação da sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta licitante, momento no qual, o fiscal técnico, emitirá termo detalhado que comprove o cumprimento das especificações e exigências, em atendimento ao contido no Art. 22, X, do DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

7.1.1.1. Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela Contratada não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega/execução fixado para a contratação.

7.1.2. Definitivamente, mediante recibo, em até 5 dias úteis dias após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), em conformidade as especificações constantes neste termo de referência e na proposta licitante, ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal, em atendimento ao contido no Art. 25, *caput*, do DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022;

7.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. Não haverá pagamento antecipado, sob hipótese alguma.

7.20. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de compensação financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

Forma de Pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade dispensa, sob a forma eletrônica, com fundamento na hipótese do ART. 75, inciso II, c/c §3º, da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sendo que o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será de 1% (um por cento).

8.1.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

8.1.3. Toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Acerca dos critérios de habilitação para a seleção do fornecedor, considerando que o prazo de entrega do objeto contratado é de até 30 (trinta) dias, considerado como de “entrega imediata” pela Lei nº 14.133/2021, entende-se dispensada a exigência de qualificação técnica e econômico-financeira, com fulcro no inciso III, do art. 70, da Lei nº 14.133/2021, e art. 23, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022; restando exigir, para fins de habilitação, a comprovação da qualificação jurídica e fiscal, social e trabalhista.

8.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Exigências De Habilitação Jurídica, Fiscal, Social E Trabalhista



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

8.4.1. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista deverão ser observados os requisitos abaixo elencados, constantes deste termo de referência, sem prejuízo a requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação:

8.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 21.784,50 (vinte e um mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)**, conforme valores máximos unitários e valores máximos totais constantes da tabela denominada **MAPA COMPARATIVO DE PREÇO – TABELA DA FORMAÇÃO DO PREÇO-REFERÊNCIA**, tópico 9.3 do presente termo de referência.

9.2. A cotação de preços para o material pretendido foi realizada por meio de orçamentos enviados por empresas atuantes no mercado especializado. Foram solicitadas cotações para 14 (quatorze) empresas pesquisadas na internet e também em processos de cotação em PGEAS anteriores, porém apenas 04 (quatro) atenderam à solicitação (orçamentos em anexo). Esta signatária também tentou buscar preços no Banco de Preços do Governo Federal, porém, tendo em vista os tamanhos específicos de tapetes, não foram obtidos resultados.

9.3. MAPA COMPARATIVO DE PREÇO – TABELA DA FORMAÇÃO DO PREÇO-REFERÊNCIA – TABELA 1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Tapetes do tipo capacho, formado por filamentos em vinil, na cor grafite, para tráfego alto, com espessura mínima de 10mm, costado em borracha anti-derrapante; antichamas; antimofo, lavável, personalizado pelo sistema de vulcanização com logomarca, borda de 5 cm na cor azul, rebaixada, quantidades, dimensões, cores e logotipos serão encaminhados pelo SELOG/PRTO	M²	52	418,93	21784,50
NATUREZA DA DESPESA		33.90.30 – Material de Consumo			
SI		22			
ASIWEB		200000675			
SIASG					
ITEM		BR0600917/0001			
CLASSE		7220			
INC		7540			



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

MÉMOIRA DE CÁLCULO:

- 1) PREÇO UNITÁRIO: R\$ 423,08 [R\$ 21.784,50 /51,49m²] VALORES E METRAGENS INICIAIS PARA FINS DA PESQUISA DE PREÇOS.
- 2) QUANTIDADE: 52m² (Arredondamento para cima para fins de atender exigência do sistema de contratação direta operado pela SLDE/PRTTO), 418,08 [R\$ 21.784,50 /52m²].

9.4 Em anexo a este termo de referência, as estimativas do valor da contratação, nos termos da PORTARIA PGR/MPU Nº 100, DE 31 DE MAIO DE 2023, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, em atendimento ao contido no inciso IX, Art. 9º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: **200201/00001 (UGPRTO);**
- II) Fonte de Recursos: **1000000000;**
- III) Programa de Trabalho: **03062003142640001;**
- IV) Elemento de Despesa: **339030 (CONSUMO)**
- V) Plano Interno: **MBASIC;**

11. PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS

12.2.1. Advertência, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da fatura ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, correspondente ao período que tenha ocorrido a mora, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no item 12.2.4.2;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificadas no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até o décimo quinto dia de mora;

12.2.4.2. Multa Sancionatória após o décimo quinto dia de mora, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 7,5% a 15% para as infrações das alíneas “b”, “c” e “d” do subitem

12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6; e

b) multa de 15% a 30% para as infrações das alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do subitem 12.2.4.2, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23 e no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

(Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO – CLASSIFICAÇÃO

Considerado o bem/objeto a ser contratado mediante compra direta, em atendimento ao contido no Art. 10. da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME, Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022, fica dispensada a classificação deste termo de referência, nos termos da LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 – LEI DE ACESSO A INFORMAÇÕES.

Palmas/TO, 06 de maio de 2026.

Rejane Lopes da Silva
Chefe do Setor de Logística – PR-TO
Matrícula: 31804

Wilton Rodrigues Tavares
Técnico do MPU/Administração
Matrícula: 26645



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

ANEXO A

Referência visual para o modelo a ser adotado





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**

ANEXO B.

Tabela 2 – Discriminação de quantidades, medidas

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA	COMPRIMENTO	ÁREA (M2)	TOTAL (M2)	QUANTIDADE	LOCAL DA ENTREGA	MODELO IMAGEM
001	PARA USO NO ELEVADOR PARTE INTERNA (ANTIGO). Escrita: PR-TO	1,08m	1,40m	1,51	3,04	2 Unidades	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO
002	PARA USO NO ELEVADOR PARTE INTERNA (NOVO). Escrita: PR-TO	1,08m	1,40m	1,51	3,04	2 Unidades	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO
003	PARA USO NO SUBSOLO PORTA DE ACESSO ELEVADOR ANTIGO. Escrita: PR-TO Subsolo	1,56m	0,60m	0,94	0,94	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO Subsolo
004	PARA USO NO SUBSOLO PORTA DE ACESSO ELEVADOR NOVO. Escrita: PR-TO Subsolo	1,42m	0,60m	0,852	0,85	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO Subsolo
005	PARA USO NO TÉRREO. ENTRADA DA RECEPÇÃO. Escrita: PR-TO	2,40m	1,80m	4,32	8,64	2 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO
006	PARA USO NO TÉRREO PORTA DE ACESSO ELEVADOR ANTIGO. Escrita: PR-TO Térreo	1,56m	0,60m	0,94	1,87	2 Unidades	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO Térreo
007	PARA USO NO TÉRREO PORTA DE ACESSO ELEVADOR NOVO. Escrita: PR-TO Térreo	1,42m	0,60m	0,852	1,7	2 Unidades	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO Térreo
008	PARA USO NO 1º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 1º Andar	1,52m	2,39m	3,63	3,63	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 1º Andar
009	PARA USO NO 2º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 2º Andar	1,52m	2,39m	3,63	3,63	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 2º Andar
010	PARA USO NO 3º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 3º Andar	1,52m	2,39m	3,63	7,26	2 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 3º Andar
011	PARA USO NO 4º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 4º Andar	1,52m	2,39m	3,63	3,63	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 4º Andar
012	PARA USO NO 5º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 5º Andar	1,52m	2,39m	3,63	3,63	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 5º Andar
013	PARA USO NO 6º ANDAR PORTA DE ACESSO AOS ELEVADORES. Escrita: PR-TO 6º Andar	1,52m	2,39m	3,63	3,63	1 Unidade	PR/TO (PALMAS/TO)	Escrita: PR-TO 6º Andar
014	Porta da Procuradoria da República no Município de Araguaína. Escrita: PRM Araguaína	1,50m	2,00m	3	6	2 Unidade	PRM ARAGUAÍNA	Escrita: PRM-ARAGUAÍNA
	QUANTIDADE TOTAL				51,49	21		
Descrição do Produto: Aquisição de tapete tipo capacho, na cor grafite, formado por filamentos em vinil, para tráfego médio a alto, com espessura mínima de 10mm, costado em borracha anti-derrapante; antichamas; antimfofo, lavável, personalizado pelo sistema de vulcanização com logomarca, borda de 5 cm na cor azul rebaixada.								



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-TO-00012049/2026 TERMO DE REFERÊNCIA**

.....
Signatário(a): **REJANE LOPES DA SILVA**

Data e Hora: **06/05/2026 17:18:16**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **WILTON RODRIGUES TAVARES**

Data e Hora: **06/05/2026 17:19:02**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave a41b8c57.1f62046b.c9773bec.63ef4154